Espaço CREMERS

Ética, medicina e sociedade

CARLOS A. M. GOTTSCHALL

Conselheiro Titular do CREMERS. Membro Titular das Academias Sul-Rio-Grandense e Nacional de Medicina

SUMÁRIO: O autor relaciona a ética médica de antes com a atual e aponta as diversas causas que levaram às mudanças verificadas, assim como suas conseqüências. Aponta também algumas situações que advirão no futuro em torno do exercício de uma medicina preditiva.

PALAVRAS-CHAVE: A ética médica no contexto atual, a moral médica de hoje e de ontem, dimensões ético-políticas da medicina de amanhã.

17-espaço-cremers.p65 337 11/1/2007, 09:18

Por menor que seja o apelo material de uma sociedade, esta não pode sobreviver, nem por curtos períodos, sem um sistema de regras e valores que regulem as relações entre as pessoas. Aspectos fatuais – que geralmente são contraditórios e opostos conforme os interesses pessoais em jogo – se deixados livres inevitavelmente progridem até o confronto ou mesmo luta fratricida. A regulação das relações através de leis, de códigos, de mandamentos torna-se imperiosa para a harmonia da sociedade. Ética que em grego escreve-se *ethos* significa conduta, comportamento. *Ethos* tem no seu correspondente latino *mor* o significado de moral. Deixando de ser apenas bons costumes, com o tempo passou a significar a filosofia ou a ciência do comportamento moral humano, capaz de estabelecer juízos de valores, visando, em última análise, a defesa do homem e da vida, estendendo modernamente esse objetivo a toda a natureza, o que hoje é chamado de Bioética. Sendo a vida o bem mais precioso que todos possuímos, sua proteção, valorização e aperfeiçoamento converte-se na maior meta a ser atingida.

ORIGENS DA ÉTICA

Recuando um pouco no tempo, a noção de ética aparece nos poemas de Homero e Hesíodo (séc. X a VII a.C.). Homero, o épico poeta cego, cujos poemas foram fonte de educação do povo grego, reconhecia como atributos (*areté*) dos homens nobres (*aristoi*, daí a palavra aristocrata) um legado que vinha de deuses ancestrais, constituído por bravura, coragem, honra e excelência. Ética é então antes de tudo um atributo dos seres nobres. O cavalheiro homérico é representado pelo herói Aquiles, possuidor de caráter, coragem e honra. Hesíodo revelou a noção de trabalho através do mito de Prometeu e a noção de justiça, através do mito das raças, defendendo também a noção de direito. Para sua aplicação a ética depende da virtude, que é a qualidade própria para produzir certos e determinados resultados, hábito de praticar o bem, fazer o que é justo, ter excelência moral, probidade, retidão, enfim o conjunto de todas as boas qualidades morais.

A palavra ética vem associando-se à Medicina desde a antiga Grécia e, passando por todas as épocas, chegou até os dias presentes. É claro que os diferentes costumes e complexidades das sociedades grega, romana, medieval, renascentista, moderna e contemporânea criaram demandas baseadas em anseios diversos, conduzidos por comportamentos resultantes de múltiplos estágios de evolução social.

Com a figura de Sócrates (469-399 a.C.), a filosofia clássica associa o emergir da ética aplicada à sociedade. Sócrates buscava incessantemente a verdade, questionando, porém, todos os caminhos até chegar a ela, o que declarava não conseguir atingir, mas continuar buscando: "só sei que nada sei". Suas dúvidas, porém, assentavam-se e eram resolvidas sob a égide do bem, a partir daí constituindo-se a união entre bem e filosofia, que, sob a dominante influência cristã, caracterizou todo o pensamento ocidental até recentemente. Sócrates elevou a Ética à sua dimensão racional, refletindo sobre ação e conhecimento, estimulando a superação da ignorância e tentando travar impulsos em direção à vaidade e à ganância, sempre com a justificativa de que o "outro" é também uma pessoa que merece respeito à própria integridade.

A dessacralização da ética começou mais notoriamente com Sócrates e seu discípulo Platão que a trouxeram da altura dos deuses para ser aplicada na conduta humana e na sociedade. Sócrates buscava mais o aperfeiçoamento humano, Platão preocupava-se mais com a organização da sociedade, ambos tendo a visão de atingir o bem. Segundo Platão, talvez o mais influente filósofo da civilização ocidental, a filosofia devia orientar a política e, sendo a razão que comanda o bem, as paixões deveriam ser domadas pelo intelecto por meio da vontade. Somente conhecendo-se o bem seria possível levar uma vida virtuosa e organizar a sociedade. É a base da santidade cristã e do imperativo categórico kantiano.

Médico é uma palavra derivada de *meth* que significa maldizer, conjurar ou de *medicus* que é sinônimo de mediador, feiticeiro. Desde a Idade do Bronze, transitando pela Idade do Ferro, Egito, Mesopotâmia, Índia e outros lugares exerce-se a Medicina, passando pelas fases mítica, técnica e científica, esta começando apenas no século XVII, com a descoberta da circulação do sangue.

Numa época conturbada em que o cristianismo ainda não havia disciplinado as consciências, inexistia atividade mais propicia ao altruísmo solidário trazido pela ética do que a Medicina. Esta, com seus objetivos de curar às vezes, alentar geralmente e consolar sempre, nascera dos deuses. Asclépio, filho de Apolo e de uma plebéia – não esqueçamos que os deuses gregos tinham fraquezas humanas –, deu à classe médica sua origem divina. O tratamento podia ser buscado pelos pacientes mas antes de tudo era uma dádiva dos deuses, e a ação médica situava-se entre o divino e o natural. Sua verticalidade não podia ser questionada e muito menos contestada. No século V a.C., os médicos, cultivando preceitos míticos e atitudes irracionais, ou eram artesãos itinerantes ou recebiam os pacientes em templos onde, induzidos a um sono hipnótico, visualizavam Asclépio em sonhos que, depois de decifrados pelos sacerdotes, originavam conselhos e tratamentos que muitas vezes funcionavam, mormente em doenças autolimitadas ou psicosomáticas. Embora não se praticasse cirurgia nos templos, havia uma coexistência pacífica entre a medicina sacerdotal (teúrgica) e a medicina artesanal (cirúrgica). Porém, por essa época, Heráclito

17-espaço-cremers.p65 338 11/1/2007, 09:18

já dizia que a natureza gosta de esconder a sua essência, mostrando já saber que explicação sem causa e efeito é geralmente enganosa.

ÉTICA MÉDICA HIPOCRÁTICA

Hipócrates – o pai da Medicina –, figura totalmente humana, rejeitou o curandeirismo templista e introduziu a racionalidade na medicina, porém, fiel a princípios pitagóricos – de Pitágoras que ensinava ser a busca do equilíbrio o objetivo da natureza –, disse que as doenças não representavam castigos divinos mas se originavam de alterações do clima, dos ventos, das águas, de desequilíbrios orgânicos e alimentares, e que restituir a saúde dependia principalmente de restaurar as forças naturais do corpo e do espírito.

O pensamento hipocrático colocou a Medicina no rumo certo. Embora a Medicina fosse protociência, seu objetivo, como agora, era devolver e desenvolver a saúde. A função do médico deveria ser de auxiliar da natureza mas também de intérprete de seus desígnios, não insistindo com tratamentos além do possível. Sua força deveria recolher-se quando a missão de manter alguém vivo constituía-se numa tarefa inglória. Conformar-se com o inevitável fazia parte da sabedoria médica. Se sua ação situava-se entre extremos de interferência e de contemplação, jamais deixava de ser inquestionada; não esqueçamos que Hipócrates, apesar de totalmente humano, era considerado descendente de Asclépio (depois Esculápio para os romanos). Ao paciente cabia seguir a conduta prescrita sem questionar, pois o objetivo desta era seu bem, destino que nasceu com a Medicina e que a ela sempre esteve incorporado.

A virtude e a prudência eram as vigas mestras da verticalidade hipocrática, o que colocava o médico – praticamente um observador desarmado e um terapeuta empírico – sem grandes opções técnicas quanto ao curar mas com grandes reservas de bondade, compaixão, amizade, protecionismo, cortesia, caridade e simpatia (etiqueta), virtudes que, diga-se de passagem, mesmo nesta época de técnica avançada, muitas vezes fazem mais falta para o paciente que uma fria prescrição. Não esqueçamos que medicina é alívio, alento, consolo e por vezes cura. A medicina hipocrática não é mais do que a aplicação da razão ao conhecimento médico e um despertar do humanismo virtuoso na arte de curar. Está embasada em preceitos homéricos, pitagóricos, socráticos, platônicos e estóicos. O conhecimento hipocrático deriva-se de uma observação empírica de repetições de ocorrências, construindo uma técnica baseada no método indutivo, o que de certa forma decreta o nascimento da ciência; assim, a ciência começou pela Medicina. Essas observações empíricas foram transformadas nos famosos aforismos que governaram toda a arte médica por dois mil anos, muitos sendo verdadeiros até hoje.

O primeiro código regulamentador da profissão médica conhecido é o de Hammurabi (1728-1686 a.C.), na Babilônia. Não obstante sejam conhecidos muitos mandamentos estabelecendo regras para a prática da medicina antes do advento da era hipocrática, o juramento hipocrático fixa as bases da Ética Médica para a civilização ocidental. Porém, esse documento, que é uma das maiores construções morais do Ocidente e que na Idade Média chegou a ser escrito em forma de cruz – apenas trocando-se os nomes iniciais pagãos por denominações cristãs –, pode ter surgido a partir de compilação de textos mais antigos. Os principais conselhos morais escritos no *Corpus Hippocraticum* apontam para: reverência aos mestres, respeito ao sigilo profissional, benefício incondicional ao paciente, total respeito à vida humana desde a concepção, moralidade pessoal e vida profissional ilibada. O *Corpus Hippocraticum* reúne um conjunto de textos médicos de épocas e escolas distintas que foram recopilados pela Biblioteca de Alexandria no século III a.C, composto de 53 tratados perfazendo 72 livros. O conjunto dessa obra foi editado por Émile Littré no século XIX.

Princípio da Beneficência: O ideal da cultura clássica é "a Medicina cura as enfermidades do corpo, a Filosofia libera a alma das paixões". Ao médico cabia promover a forma física ideal do varão virtuoso aristocrático, através de prescrições de dieta e exercícios. O bom e o belo eram buscados não só no mundo ideal mas também no corpo humano, transformando esse objetivo na meta maior da medicina hipocrática. A Medicina expressava o mundo natural e as teorias das doenças decorriam de explicações sobre a ruptura de um equilíbrio pitagórico que representava a saúde. Torna-se evidente em toda a obra hipocrática que a maior meta a ser buscada com o exercício da Medicina é o bem do paciente, não o enriquecimento do médico (alguns, felizmente poucos, esquecem disso). Surge assim o princípio da beneficência na ética médica. O princípio da beneficência significa fazer o bem, cuidar da saúde, favorecer a qualidade de vida. Prendendo-se a esse princípio, o tratamento médico busca oferecer um benefício ao paciente ou, quando isso não é possível, pelo menos não causar dano (princípio da não-maleficência). Até recentemente a beneficência foi um princípio soberano, hoje é limitado pela necessidade de definir o que é bem (autonomia do paciente), pela não aceitação do paternalismo, ou seja, a atitude que decreta o que é bom para outrem sem direito a recusá-lo, e por novos conceitos de justiça. Entretanto, passando por todas as correntes de pensamento até os dias atuais, o princípio da beneficência continua a ser o cerne da Medicina. Este princípio ao longo dos séculos encontrou respaldo na ética cristã, no utilitarismo britânico,

17-espaço-cremers.p65 339 11/1/2007, 09:18

no imperativo categórico kantiano, na solidariedade marxista, na ajuda mútua anarquista e em filosofias orientais. Na visão hipocrática, a beneficência tornou-se uma inquestionada verticalidade a partir do médico para o paciente.

O advento do cristianismo – que dominou na Europa Ocidental todas as formas de pensamento do ano zero até o início da Renascença no século XV – modificou os horizontes filosóficos do mundo greco-romano, deixando para trás o politeísmo e a concepção cosmológica grega e incorporando à cultura médica uma nova ordem moral proveniente da concepção estóica de um deus único, do qual emanava toda a ordem universal. O uniculturalismo criou uma noção de bem e de perfeição que passou a dominar as consciências pensantes. Agostinho incorporou Platão e Tomás de Aquino incorporou Aristóteles, considerado o primeiro empirista. Surge assim uma ética messiânica pela qual o amor por Deus e pelo próximo é expressado por meio da caridade cristã. É o amor agapético, isto é, que nada pede em troca, dirigindo-se principalmente para o pobre e o enfermo. A ética hipocrárica que nascera do "amor ao homem por amor à arte" transmutou-se em "amor à arte por amor ao homem", sem pedir nada em troca. Surgem a medicina monástica e os primeiros hospitais. Mas o absolutismo teológico e tanta ênfase na filantropia retiraram estímulo e competência à técnica, e a bondade tornou-se improdutiva.

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO MÉDICA

Pelos séculos XI e XII começaram a surgir as Universidades, no século XIII desenvolveu-se uma revolução cultural e a medicina laica, que passou a ser crescentemente lucrativa. Na Europa, a Medicina teve início como profissão regulamentada – exigindo requisitos legais e acadêmicos na Idade Média – com o aparecimento das primeiras Universidades e Faculdades de Medicina. Seus nascimentos confundiram-se com a atividade clínica, motivo pelo qual esta continuou governando as aquisições posteriores, como ensino, pesquisa, epidemiologia e medicina social. Abusos e erros médicos eram condenados por tribunais eclesiásticos ou pela justiça comum, baseados em critérios religiosos ou em códigos penais para médicos.

As bases da modernidade estão na descoberta da Imprensa, no Renascimento, na Reforma e na introdução da Matemática nas relações humanas, que, progressivamente, se consolidam do século XV ao século XIX. A Filosofia passa a centrar-se no Homem em vez de em Deus e na Natureza, depois surgem o Liberalismo e a Democracia, as Revoluções Científica e Industrial. As preocupações com o social e com o solidarismo passam a dominar o horizonte filosófico. Bem-estar e liberdade individual dominam os anseios do homem, e seus arautos são a filosofia e a ciência, que reivindicam novos direitos, fazendo nascer a autonomia moral que contraria imposições tradicionais. A sociedade começa a tendência de governar-se independentemente de um poder central arbitrário.

A verticalidade do princípio da beneficência não se dissocia das manifestações do paternalismo que sempre imperou nas sociedades, nas relações sociais e políticas. Assim como o cidadão comum antes do liberalismo não tinha licença para influir na política ou na gestão da sociedade, o paciente carecia de qualquer autoridade para contestar a conduta do médico. O paternalismo começou a entrar em crise quando Lutero, em 1519, desafiou a hierarquia eclesiástica e o poder papal e disse que o homem podia relacionar-se diretamente com Deus através da fé, dando a este um novo sentido de autonomia.

Entretanto, é só no fim da Idade Média, no século XVI, que na Inglaterra o *Royal College of Physicians of London* decide trocar a denominação de *Código Penal para Médicos* para *Código de Ética*, denotando uma mudança de postura em relação à abordagem dos pacientes. Mas apenas no ano de 1803 é que foi publicado o primeiro código de ética médica numa concepção atual e usada pela primeira vez a expressão "ética médica" por Thomas Percival no seu livro, obra fundamental da deotologia médica, *Medical Ethics: A code of institutes and precepts adapted to the professional conduct of physicians and surgeons*. A obra de Percival nasceu de um apelo para que ele interferisse numa contenda entre médicos, cirurgiões, dentistas e farmacêuticos quanto à definição de responsabilidades e atribuições no tratamento de pacientes internados com febre tifóide em Manchester. Foi redigida em 1792 como regulamento para a *Manchester Royal Infirmary* e publicada nove anos depois, precedeu e inspirou outros códigos de ética médica pelo mundo afora.

O seu livro consta de quatro capítulos que tratam da conduta profissional médica nos hospitais e na prática privada, da relação com os farmacêuticos, da relação entre colegas e das obrigações legais com o Estado. Segundo essa obra prima, o médico deve exercer as virtudes hipocráticas de ternura, educação e solidariedade para com seus pacientes – seguindo um paternalismo vertical –, e de respeito, cordialidade e honestidade para com seus colegas. Definiu na prática as áreas de atuação e os limites de direitos dos médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Suas recomendações éticas tiveram o mérito adicional de limitar o charlatanismo numa época em que este era abusivo, pois previa sanções à má conduta. Com Percival surgiu o princípio da justiça aplicado à Medicina e o Direito Médico. Embora o Direito Médico tenha surgido nessa época, o princípio da eqüidade na aplicação do direito para os pacientes só se consolidou depois da metade do século XX.

Nos séculos XVIII e XIX, foi despertado o interesse do Estado pela saúde pública. No XX, a Declaração Universal dos Direitos Humanos con-

17-espaço-cremers.p65 340 11/1/2007, 09:18

solidou o direito à saúde confirmado por várias afirmações de princípios e diretrizes. O eixo médico passou de individual a social. Progressivamente mais compromisso social e menos etiqueta. O crescente aumento das políticas sociais assegura pelo menos no papel o direito à saúde e à universalização do atendimento médico, emergindo daí o princípio da justiça, expressado pelo pensamento de que justiça é a distribuição eqüitativa e universal do que é merecido.

ETICA MÉDICA NA IDADE MODERNA

Se bem que vários filósofos da Renascença, do Iluminismo e dos séculos XVIII e XIX tenham desenvolvido o tema da liberdade individual e da justiça na sociedade, Locke, no século XVII, inaugurou a filosofia empirista – base da ciência moderna –, e Kant, no século XVIII, decretou o primado da moralidade inata do ser humano, da universalidade dos princípios morais e dos limites do cognoscível, influenciando gerações posteriores de filósofos. A liberdade de consciência a partir do século XVII e as Revoluções Francesa e Americana reforçaram a idéia de livre arbítrio, de consciência individual e de autonomia do ser humano, como direito à vida, à saúde, à liberdade e à propriedade. Mas foi Nietzche quem moldou a competitividade e o individualismo do homem do século XX, dizendo que a moral é uma conspiração dos fracos para subjugar os fortes e infundir-lhes um sentimento de culpa. Decretou a morte de Deus e o fim de toda moral cristã, afirmando que o cristianismo não passava de uma filosofia para escravos.

Apesar de todos os fatos narrados acima, os princípios da medicina hipocrática, com mínimas oscilações de um lugar para outro, atravessaram a época de dominação romana, a Idade Média e até a Idade Moderna. Tão solene continua sendo o poder do médico que a revolução liberal só chegou à medicina no meio do século XX, até então predominando os valores do médico acima dos do paciente. O extremo da beneficência é o paternalismo, seja na política, na religião, na governabilidade do próprio corpo, na decisão sobre um tratamento médico e até sobre a melhor maneira de morrer. O poder absoluto da decisão médica começou a declinar com o crescimento dos direitos civis, incremento da tecnologia nos procedimentos médicos, surgimento de novas profissões da saúde e exigências de compartilhamento do conhecimento.

Depois da metade do século XX começaram a desabrochar as reivindicações do mundo contemporâneo à Medicina. A Ciência e a Medicina estavam indo longe demais sem um maior controle ético, e apenas os princípios da beneficência e da não-maleficência conduzidos pelas virtudes médicas não mais podiam responder a todos os desafios. Após os anos sessenta do século XX, o avanço da tecnologia médica, o intervencionismo crescente no corpo humano, a expansão dos conceitos de justiça, o evoluir dos direitos humanos, os conflitos de interesses com a indústria removeram o absolutismo dos princípios da beneficência e da não-maleficência como justificativa para uma ação médica todo poderosa, tornando a relação médico-paciente mais horizontal e menos vertical, e transferindo para o paciente direitos de informação, de esclarecimento e de decisão sobre a atitude médica proposta. Problemas que nunca causaram desafios aos médicos até o século XX – como terapêuticas radicais e terminais, eutanásia, regulamentação do aborto, inseminação artificial, transplante de órgãos, pesquisa sobre células tronco, descarte de embriões, efeito de transgênicos sobre a saúde humana, ato médico, o que é moralmente aceitável e o que é apenas efeito, política de saúde, biosegurança, técnicas de fertilização e outros – passaram a exigir responsabilidades, posicionamentos e soluções por parte destes.

Princípio da Autonomia: O dever do médico é aplicar o princípio da beneficência mas o direito do paciente é ser informado e decidir sobre si mesmo, uma vez que a competência também pode atrapalhar, pois nem tudo que é dado em demasia é melhor do que o justo meio que vem da prudência, como recomendava o grande Aristóteles. Respeito pelo paciente inclui não só a preocupação pelo seu bem estar mas também o respeito pelos seus desejos. Assim, o conceito de autonomia está ligado à racionalidade, atributo específico do homem. É a emancipação da razão humana, a capacidade de pensar, avaliar, decidir, agir, enfim, governar-se. Esse princípio generalizou-se na ética médica a partir da década de setenta do século XX, principalmente pelo avanço da democracia participativa, a desconfiança para com a autoridade e a competência técnica em particular, introdução do direito, da economia e do comércio nas decisões médicas. Autonomia deve ser exercida com conhecimento de causa e sem coação externa. Para isso, o paciente deve ser corretamente informado pelo médico. A única restrição à autonomia, tanto para Kant quanto para Stuart Mill, é a proteção dos outros e da sociedade quando a autonomia individual os ameaça. O próprio bem do paciente, quer físico, quer moral, não seria uma razão suficiente para limitá-la. Não privilegia tanto o papel do médico nas decisões mas o torna parceiro do paciente no tratamento. O princípio da autonomia expressa-se principalmente pelo consentimento informado, tornando o paciente partícipe das decisões e o último árbitro das ações terapêuticas que lhe são propostas pelo médico. Quando o nível de consciência do paciente impede o exercício de sua autonomia, a decisão deve ser tomada pelo responsável mais próximo. Se este não estiver presente, pelo médico, que deve basear-se no princípio da beneficência (sempre a beneficência, a base da Medicina!).

17-espaço-cremers.p65 341 11/1/2007, 09:18

Princípio da Justiça: Quando há dúvida se deve prevalecer o respeito pela autonomia, pela beneficência ou pela economia de recursos para aplicar a outros, apela-se para a justiça, ou seja, a distribuição equitativa, universal, do que é merecido. Uma injustiça ocorre ao negar-se um direito ou estabelecer-se um ônus indevido a um paciente. É um conceito também recente que veio se delineando nos últimos trezentos anos. Decorrente da entrada do Direito na Medicina, da evolução da aplicação da ética e dos direitos humanos, pelos anos setenta do século XX firmou-se a noção de eqüidade na distribuição dos recursos do Estado para custear as ações médicas, surgindo o princípio da universalização da justiça. Este busca a otimização das boas conseqüências dos atos e o máximo benefício pelo mínimo custo. Do princípio de defesa da vida surge o de qualidade de vida, o que justifica o direito à saúde e à terapêutica. A justiça é o princípio que obriga a comunidade, pelo menos na lei, a garantir a todos os seus membros o acesso aos meios necessários de tratamento. Mas como aplicá-la em situações concretas, particulares e conflitivas? Suas limitações decorrem principalmente dos fatores econômicos, pois não se geram recursos do nada. Por outro lado, como quantificar a dor, a incapacidade, a morte? O problema da justiça é saber quem são os iguais. Quem deve receber assistência quando não há recursos para todos? Como selecionar? Todas essas questões, ao lado de imposições hipócritas, colocam o princípio da justiça ou da eqüidade como o mais difícil de aplicar.

PRINCIPALISTAS E ANTIPRINCIPALISTAS

Como se vê, a ética médica nutre-se atualmente dos princípios da beneficência ou pelo menos da não-maleficência, da autonomia e da justiça, sendo o da beneficência – que continua o primeiro e mais importante –, influenciado pelos outros e os influenciando. Não há mais um absolutismo na visão da ação médica mas um relativismo de ações influentes e influenciadas por contingências. A teoria dos princípios (beneficência, não-maleficência, autonomia, eqüidade) firmada depois da metade do século XX não necessariamente colide com a clássica teoria das virtudes – mesmo porque o componente mais importante, a beneficência, pertence a ambas –, mas não hierarquiza posições, motivos pelos quais os principalistas divergem em assuntos atuais, como os já citados: terapêuticas radicais e terminais, eutanásia, regulamentação do aborto, inseminação artificial, transplante de órgãos, pesquisa sobre células tronco, descarte de embriões, efeito de transgênicos sobre a saúde humana, ato médico, o que é moralmente aceitável e o que é apenas efeito, políticas de saúde, biosegurança, técnicas de fertilização e outros. Daí surgiram posições antiprincipalistas, mais baseadas no bem estar e na própria opção do paciente do que na visão de bem e bom. Muitos dizem que não há princípios morais inflexíves e que cada caso deve ter seu julgamento próprio, um relativismo muito perigoso, penso eu. Como não há consenso, outros estão propondo uma ética normativa e humanitária, procurando conciliar diferentes crenças e concepções. Mas como homogeinizar a cultura sem cair no absolutismo, sempre de tão nefastas conseqüências?

Entretanto, há o consenso entre os médicos de que as aspirações da Medicina são universais, com pequenas variações de cultura para cultura, o que tem sido usado como argumento para a construção de uma ética que atenda às necessidades complexas e conflitivas do mundo atual. Assim, grupos federados de médicos internistas europeus e americanos, reconhecendo aspirações e necessidades comuns, idealizaram uma nova carta médica que se assente sobre um contrato social e primazia das necessidades dos pacientes, ressaltando atenção a um decálogo de competência profissional, honestidade, confidenciabilidade, relacionamento adequado, qualidade do atendimento, acesso ao sistema de saúde, justa distribuição de recursos, conhecimento científico, administração de conflitos de interesses, responsabilidade profissional. Porém, seria ridículo dizer que essa listagem representa outra "nova ética médica", pois, se for dissecada, veremos que todos os ítens cabem dentro dos clássicos princípios de beneficência (ou pelo menos de não-maleficência), autonomia e justiça. Mais do que tudo, esse decálogo – reconhecendo desafios mutantes à profissão médica – coloca caminhos para chegar de uma maneira adequada à tríade de ética ou bioética.

NASCIMENTO DA BIOÉTICA

O método científico, que só surgiu no século XVII, baseia-se em observação, experimentação, análise e conclusão. Entretanto, se este método é capaz de fornecer domínio sobre o fatual, não possui legitimidade para o consumo humano, isto é, a ética continua fornecendo o juízo de valor, porque os conceitos de bem e bom seguirão sendo inerentes à especulação humana e independentes do método científico. Considerando a integralidade das realizações humanas, não pode existir excelência sem ética. Excelência sem ética, como tantas vezes ocorre, pode ser anti-humana. Tradicionalmente, a deontologia médica é usada para definir os postulados morais de atuação do médico junto ao paciente e para regular os conflitos entre os médicos e outros profissionais da saúde. Se bem que sempre tenha atuado em defesa do homem e da vida, não estendeu sua ação para todas as formas de vida na natureza.

A visão de sacralidade de tudo que é vivo não é nova e tem sido cultiva-

17-espaço-cremers.p65 342 11/1/2007, 09:18

da por várias religiões, cujo exemplo mais notório é o do budismo. No mundo cristão, existe o magno exemplo do amor de São Francisco pela Natureza e por todas as formas da Criação, quase como uma rebeldia ao feroz antropocentrismo medieval (homem feito à imagem e semelhança de Deus, dono do universo), podendo-se dizer que São Francisco foi o mais budista dos cristãos e o primeiro ecologista. Mas a ganância humana esqueceu essa lição por séculos. Entretanto, fatos acontecidos no século XX, cuja grandiosidade orgulhou e intimidou a humanidade, despertaram a necessidade de estender a visão ética de preservação da vida a toda a natureza, o que motivou o surgimento da moderna bioética: a bomba atômica (domínio do átomo), com seu potencial de destruição, a chegada do homem a lua (domínio do cosmos), com a possibilidade de viagens interespaciais, e o projeto do genoma humano (domínio de si mesmo), com a possibilidade de alterar o código genético. O homem estava indo longe demais sem nenhum controle ético. Warren Reich, editor da *Encyclopedia of Bioethics*, explica as origens da Bioética em três áreas diversas: a experimentação em seres humanos, o uso social da medicina e o emprego da alta tecnologia na prática médica. O relatório Belmont que, em 1978 nos Estados Unidos, definiu as bases éticas da medicina experimental, referia-se apenas às questões éticas derivadas da experimentação em seres humanos, deixando fora todo o campo da prática clínica e assistencial. Mesmo assim, a Bioética nasceu da Medicina e, estendendo os princípios da ética médica à natureza, universalizou-se e passou a aplicar-se a todas as ciências da vida.

A Bioética é produto da sociedade de bem estar pós-industrial e da expansão dos direitos humanos que marcam a transição do estado de direito para o estado de justiça. É difícil uma definição sumária de Bioética pois as definições tendem a fixar fronteiras e a Bioética não tem fronteiras, como a vida não deve ter amarras. Contudo, pode ser dito que "Bioética é o estudo sistemático da conduta humana nos campos das ciências biológica e da saúde, na medida em que esta conduta seja examinada à luz de valores e princípios morais". É multidisciplinar, pois abrange, além da deontologia médica, investigações, questões sociais, animais e ecologia. Todas as formas de vida numa sociedade democrática, pluralista, secular e conflitiva. A chamada "trindade bioética" assenta-se no tripé: autonomia (paciente, informe consentido), beneficência (médico, melhor resultado com menor risco) e justiça (sociedade, distribuição equitativa de recursos), o que exige constantes critérios de decisão, e que esses critérios sirvam para transformar a tecnocracia dominadora (ciência sem ética, destruição do meio ambiente e da vida, democracia do direito) em tecnologia servidora (ciência eticamente responsável, respeito ao meio ambiente e à vida, democracia da justiça). É uma filosofia prática e razoável, capaz de justificar uma escolha, uma adesão, um valor.

Assim, a moderna ética médica influenciou a Bioética e por esta tem sido influenciada. Conforme resume Freitas Drumond, no seu belo livro *O "Ethos" Médico*, evoluiu "daquela de cunho naturalista (obediente à lei natural, tendo a sacralidade da vida humana como regra de ouro), caracteristicamente paternalista (com a hipertrofia do princípio da beneficência usado geralmente de forma impositiva ou vertical), com deontologia profissional dogmática (sob forma de código) e autoritária (por parte do médico). A nova moral tem o perfil normativista (baseado na diferenciação entre fatos e valores e a qualidade de vida como regra de ouro), é de cunho autonomista (baseada no respeito à autodeterminação da pessoa quanto à saúde, vida e morte) e de comportamento social ou civil (uma postura crítica e democrática)".

Um ato profissional perfeito deve estar submetido a três requisitos: propriedade, justeza e adequação, e a profissão deve ser submetida à técnica, ao aprimoramento profissional e à ética. As profissões não existem para servir aos seus membros mas sim à sociedade. O lema máximo da ética é o bem comum e as reflexões éticas estarão sempre a asseverar que o homem é o fim último e o maior de todos os valores. Comprometem a ética: a insensibilidade individual e social, a racionalização dos fenômenos sociais e a visão apenas economicista do mundo. Em todas as épocas a Medicina tem sido limitada por um conhecimento que impede seu completo sucesso, porém, quando a ignorância diminui um ponto a eficiência ganha outro. Entretanto, a medicina moderna deve continuar sendo uma mescla de competência e compaixão. Para ser um bom médico, o profissional não precisa deixar de ser um médico bom.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRUNINI C. Aforismos de Hipócrates. Typus, São Paulo 1998.
2. DRUMOND J. O "Ethos" Médico. Editora Unimontes, Minas Gerais 2005.
3. GARRISON F. An Introduction to the History of Medicine. WB Saunders, Philadelphia and London 1960.
4. GOTTSCHALL C. Do Mito ao Pensamento Científico. Atheneu, Rio de Janeiro e São Paulo 2004.
5. LOPES O. A Medicina no Tempo. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo 1968.
6. LYONS A, PETRUCELLI R (Eds.). Medicine, An Illustrated History. Harry N Abrams, New York 1987.
7. PESSINI L, BARCHIFONTAINE C (Eds.). Fundamentos da Bioética. Editora Paulus, São Paulo, 1996.
8. PORTER R. (Ed.). The Cambridge Illustrated History of Medicine. Cambridge University Press 1996.
9. RUSSELL B. História do Pensamento Ocidental. Ediouro, Rio de Janeiro 2001.

17-espaço-cremers.p65 343 11/1/2007, 09:18